CLIPPING INTERNET

03/10/2022 ATÉ 03/10/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CEMULHER
1.1 SITE O MARANHENSE..... 1
2 CNJ
2.1 PORTAL GUARÁ.COM..... 2
2.2 SITE IMIRANTE.COM..... 3
3 DESEMBARGADOR
3.1 BLOG JORGE VIEIRA..... 4
4 SERVIDOR PÚBLICO
4.1 BLOG MÁRCIO HENRIQUE..... 5

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
03/10/2022 - BLOG JORGE VIEIRA
NEUTRA
DESEMPENHO PÍFIO DE ROSEANA SARNEY AFUNDA O MDB NO MARANHÃO

DESEMPENHO PÍFIO DE ROSEANA SARNEY AFUNDA O MDB NO MARANHÃO

A eleição para Câmara Federal e Assembleia Legislativa do Maranhão tiveram renovação e algumas surpresas, como por exemplo o pífio desempenho da ex-governadora Roseana Sarney, que entrou da disputa por uma vaga de deputada federal com o objetivo de turbinar a bancada do MDB, conseguiu apenas o mandato com uma votação muito a baixo da expectativa.

A bancada que contava com os deputados federais Hildo Rocha e João Marcelo, passa a contar agora com apenas uma deputada, no caso, Roseana. Aliados da ex-governadora esperavam uma votação que fosse capaz de ajudar a eleger uma bancada robusta, mas acabou decepcionando.

Na Assembleia Legislativa do Estado, o partido conta agora com apenas dois representantes. Dos três parlamentares, o único que conseguiu renovar o mandato foi Roberto Costa. Ricardo Arruda vai estrear como deputado.

Além da performance abaixo do esperado, a falência do grupo Sarney ficou ainda mais evidente com a não reeleição do Adriano Sarney (PV), sobrinho de Roseana e neto do ex-presidente José Sarney, que chegou a pedir votos para os candidatos do MDB, mas não foi atendido.

Outra decepção foi o deputado Edilázio Junior (PSD), genro da desembargadora Nelma Sarney, que mesmo tendo o prefeito de São Luís Eduardo Braide (sem partido) como aliado, não se reelegeu.

A decepção, porém, não foi exclusividade da família Sarney. No campo progressista também houve choro: Bira do Pindaré (PSB) e Zé Carlos da Caixa (PT), também deram adeus aos mandatos

Na Assembleia Legislativa, deputado veteranos como Arnaldo Melo, ex-presidente da Casa, trocou o MDB pelo PP e se elegeu, já o deputado César Pires, ligado à ex-governadora, não conseguiram renovar os mandatos, o mesmo acontecendo com a deputada Helena Duailibe. Houve uma grande renovação no plenário do Palácio Manuel Bequimão. Veja abaixo a relação dos eleitos.

Eleitos para a Câmara Federal:

Detinha (PL)
Pedro Lucas Fernandes (União Brasil)
Josimar Maranhãozinho (PL)
Juscelino Filho (União Brasil)
André Fufuca (Progressistas)
Aluísio Mendes (PSC)
Marreca Filho (Patriotas)
Duarte (PSB) 019votos
Amanda Gentil (Progressistas)

Márcio Jerry (PCdoB)
Roseana Sarney (MDB)
Fábio Macedo (Podemos)
Júnior Lourenço (PL)
Rubens Pereira Jr. (PT)
Josivaldo Jp (PSD)
Cleber Verde (Republicanos)
Pastor Gil (PL)
Márcio Honaiser (PDT)
Eleitos para a Assembleia Legislativa:

Iracema Vale PSB
Othelino Neto PCdoB
Carlos Lula PSB
Davi Brandão PSB
Florêncio Neto PSB
Fabiana Vilar PL
Solange Almeida PL
Francisco Nagib PSB
Mical Damasceno PSD
Neto Evangelista UNIÃO BRASIL
Aluízio Santos PL
Osmar Filho PDT
Rafael Leitoa PSB
Dra Vivianne PDT
Andreia Martins Rezende PSB
Rildo Amaral PROGRESSISTAS
Abigail PL
Daniella PSB
Edna Silva PATRIOTAS
Glalbert Cutrim PDT
Guilherme Paz PATRIOTAS
Rodrigo Lago PCdoB
Fernando Braide PSC
Ricardo Arruda MDB
Yglésio PSB
Eric Costa PSD
Ariston Gonçalo PSB
Arnaldo Melo PROGRESSISTAS
Claudio Cunha PL
Janaina Ramos REP
Antônio Pereira PSB
Hemeterio Weba PROGRESSISTAS
Claudia Coutinho PDT
Junior França PROGRESSISTAS
Juscelino Marreca PATRIOTAS
Roberto Costa MDB
Ricardo Rios PCdoB
Júlio Mendonça PCdoB
Ana do Gás PCdoB
Leandro Bello PODEMOS
Júnior Cascaria PODEMOS
Wellington do Curso PSC

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - SERVIDOR PÚBLICO
03/10/2022 - BLOG MÁRCIO HENRIQUE
POSITIVA
TJMA anuncia reajustes de auxílios em novembro

TJMA anuncia reajustes de auxílios em novembro

Por Márcio Henrique • segunda-feira, 03 de outubro de 2022
0comentário

Depois de estudo orçamentário realizado pela Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), servidores e servidoras do Poder Judiciário receberão reajustes/aumentos nos auxílios alimentação (20%), saúde (16%) e creche (12%). Até o dia 28 de outubro, quando comemora-se o Dia do Servidor Público, o Tribunal de Justiça anunciará outras vantagens e benefícios aos servidores e servidoras.

Os reajustes foram calculados de acordo com a inflação dos últimos doze meses – tendo como base o mês de junho/2022 que é referência para atualização do orçamento do Estado do Maranhão – e serão incluídos na folha de pagamento a partir de novembro de 2022. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação acumulada no período foi de 11,89%, para os últimos 12 meses.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten reforçou o compromisso da gestão no incentivo e reconhecimento do trabalho de servidores e servidoras do Judiciário. “Estamos trabalhando no limite da nossa capacidade financeira para garantir e aumentar os benefícios que estejam à altura do trabalho, esforço e compromisso desempenhados pelos nossos servidores e servidoras”, frisou o magistrado.

A diretora financeira, Célia Regina Silva, enfatizou que foram envidados esforços para que os reajustes do auxílio-alimentação e auxílio-saúde representassem um aumento real para a categoria, respeitando-se todo o planejamento e os limites orçamentários do Poder Judiciário, com vistas a atender, mesmo que parcialmente, o pleito dos servidores e servidoras, ficando os reajustes bem superiores à inflação apurada no período (11,89%).

O aumento do auxílio-saúde também considerou o teto para reajuste de planos de saúde individuais e familiares da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que, em 2022, fixou o limite de 15,5%. O cálculo é baseado na diferença das despesas assistenciais por beneficiário dos planos de saúde individuais de um ano para o outro.

Agência TJMA de Notícias
asscom@tjma.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
03/10/2022 - PORTAL GUARÁ.COM
POSITIVA
Semana Nacional de Conciliação pode ajudar a população a solucionar conflitos

Semana Nacional de Conciliação pode ajudar a população a solucionar conflitos

Com inf. da Agência TJMA de Notícias
3 de outubro de 2022 às 17:00

Com o tema “Menos conflitos e mais recomeços”, será realizada de 7 a 11 de novembro de 2022 a XVII Semana Nacional da Conciliação (SNC). A iniciativa é promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais.

A campanha deste ano pretende incentivar novos começos por meio de acordos entre as partes. A ação é um esforço coletivo do Poder Judiciário, com o intuito de conciliar o maior número possível de processos no país, resolvendo conflitos de forma rápida, simples, gratuita e efetiva.

MARANHÃO

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, ressaltou a importância da Semana Nacional da Conciliação, conclamando juízes e juízas a se empenharem no evento, selecionando o maior número possível de processos passíveis de conciliação. “Somos uma instituição republicana. Portanto, a Justiça que tarda, falha. Espero contar com o apoio de todos e todas para construirmos uma Justiça de Proximidade, e fazermos um grande evento, em novembro, em benefício da população”, pontuou.

No Maranhão, o evento é coordenado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka.

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, enfatizou o alcance social da iniciativa com vistas à pacificação social. “Precisamos oferecer uma resposta mais rápida e efetiva às pessoas que batem às portas do Poder Judiciário, atendendo aos seus anseios. A conciliação é o melhor caminho!”, frisou.

DEMANDAS

Durante a SNC 2022, os cidadãos e as cidadãs poderão solucionar demandas processuais (com ação judicial) e demandas pré-processuais (sem ação judicial), desde que haja interesse das partes envolvidas no conflito pela realização de acordo homologado judicialmente.

CADASTRO

Considerando a importância do evento que integra o calendário da Justiça, a Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA solicita às Unidades Judiciais do Maranhão que realizem o cadastro do quantitativo de audiências e de camisas no Portal do TJMA, até o dia 15 de outubro. O acesso é

feito através do sistema “Conciliação”, no Sentinela, no Portal do Poder Judiciário do Maranhão.

Demandas Processuais:

As partes que tiverem interesse em participar da Semana Nacional da Conciliação deverão solicitar a inclusão de processo na pauta, peticionando nos autos, por meio de seus advogados(as).

Demandas Pré-Processuais:

Cidadãos e cidadãs que tiverem interesse em participar do evento para tentar solucionar questões pré-processuais deverão entrar em contato com os Centros de Solução de Conflitos (Cejuscs); ou preencher formulário eletrônico, no Portal do TJMA.

Advogados(as) também podem cadastrar as demandas pré-processuais, diretamente no sistema Processo Judicial eletrônico (PJe), no Portal do Poder Judiciário.

CAMPANHA

A campanha em prol da conciliação, realizada anualmente desde 2006, envolve os Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Tribunais Federais, os quais selecionam processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito.

As audiências de conciliação são orientadas pela Resolução CNJ nº 125/10, que estabelece procedimentos para o tratamento adequado de conflitos de interesses, no âmbito do Poder Judiciário.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CNJ
03/10/2022 - SITE IMIRANTE.COM
POSITIVA
População poderá solucionar conflitos durante a Semana Nacional de Conciliação

População poderá solucionar conflitos durante a Semana Nacional de Conciliação

No Maranhão, o evento é coordenado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJ-MA).
Imirante.com

03/10/2022 às 15h42
Fórum de São Luís.
Fórum de São Luís. (Foto: Divulgação / TJMA)

SÃO LUÍS - Com o tema “Menos conflitos e mais recomeços”, será realizada de 7 a 11 de novembro de 2022 a XVII Semana Nacional da Conciliação (SNC). A iniciativa é promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais.

A campanha deste ano pretende incentivar novos começos por meio de acordos entre as partes. A ação é um esforço coletivo do Poder Judiciário, com o intuito de conciliar o maior número possível de processos no país, resolvendo conflitos de forma rápida, simples, gratuita e efetiva.

Maranhão

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Paulo Velten, ressaltou a importância da Semana Nacional da Conciliação, conclamando juízes e juízas a se empenharem no evento, selecionando o maior número possível de processos passíveis de conciliação.

“Somos uma instituição republicana. Portanto, a Justiça que tarda, falha. Espero contar com o apoio de todos e todas para construirmos uma Justiça de Proximidade, e fazermos um grande evento, em novembro, em benefício da população”, pontuou.

No Maranhão, o evento é coordenado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJ-MA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka.

O presidente do Nupemec/TJ-MA, desembargador José Gonçalo Filho, enfatizou o alcance social da iniciativa com vistas à pacificação social. “Precisamos oferecer uma resposta mais rápida e efetiva às pessoas que batem às portas do Poder Judiciário, atendendo aos seus anseios. A conciliação é o melhor caminho!”, frisou.

Demandas

Durante a SNC 2022, os cidadãos e as cidadãs poderão solucionar demandas processuais (com ação judicial) e demandas pré-processuais (sem ação judicial), desde que haja interesse das partes envolvidas no conflito pela realização de acordo homologado judicialmente.

Cadastro

Considerando a importância do evento que integra o calendário da Justiça, a Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJ-MA solicita às Unidades Judiciais do Maranhão que realizem o cadastro do quantitativo de audiências e de camisas no Portal do TJ-MA, até o dia 15 de outubro. O acesso é feito através do sistema “Conciliação”, no Sentinela, no Portal do Poder Judiciário do Maranhão.

Demandas Processuais:

As partes que tiverem interesse em participar da Semana Nacional da Conciliação deverão solicitar a inclusão de processo na pauta, peticionando nos autos, por meio de seus advogados(as).

Demandas Pré-Processuais:

Cidadãos e cidadãs que tiverem interesse em participar do evento para tentar solucionar questões pré-processuais deverão entrar em contato com os Centros de Solução de Conflitos (Cejuscs); ou preencher formulário eletrônico, no Portal do TJ-MA.

Advogados(as) também podem cadastrar as demandas pré-processuais, diretamente no sistema Processo Judicial eletrônico (PJe), no Portal do Poder Judiciário.

Campanha

A campanha em prol da conciliação, realizada anualmente desde 2006, envolve os Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Tribunais Federais, os quais selecionam processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito.

As audiências de conciliação são orientadas pela Resolução CNJ nº 125/10, que estabelece procedimentos para o tratamento adequado de conflitos de interesses, no âmbito do Poder Judiciário.

Capacitação trata sobre atendimento especializado às mulheres vítimas de violência

Oficiais de justiça, servidoras e servidores das unidades especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher de São Luís e do juizado especial de São José de Ribamar concluíram o curso de capacitação sobre violência doméstica contra a mulher e aspectos teóricos e práticos da aplicação da Lei Maria da Penha (11.340/2006).

A ação tem como objetivo capacitar profissionais para a prevenção e enfrentamento à violência baseada no gênero, assim como no atendimento humanizado e especializado às vítimas.

Com duração de 8 horas-aula, a ação formativa foi ofertada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER/TJMA), em parceria com a Escola Superior da Magistratura (ESMAM).

Durante o treinamento, foram utilizadas metodologias ativas, com compartilhamento de experiências entre os participantes, dinâmicas interativas, exibição de vídeos, exposição dialogada e estudos de casos que ressaltaram conceitos como: riscos e o e vulnerabilidades sociais, interseccionalidades, tipos e ciclo de violência, atendimento acolhedor e humanizado, revitimização e violência institucional, além de breve histórico sobre violência de gênero e Lei Maria da Penha, medidas protetivas de urgência, ações penais, feminicídio e transfeminicídio.

Atuaram como formadoras Amanda Dourado Rolim Sampaio (analista judiciária – especialidade Direito, mestranda em Ciências Sociais), Danyelle Bittencourt Athayde Ribeiro (analista judiciária- Assistente Social, mestranda em Direito e Afirmação de Vulneráveis) e Edla Maria Batista Ferreira (analista Judiciária – Psicóloga, mestranda em Ciências Sociais).